60 anos do Museu de Ciências Naturais da Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul: feliz aniversário?

Roberto Baptista de Oliveira[1]

[1] *Museu de Ciências Naturais da Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul, Seção de Zoologia de Vertebrados. Rua Doutor Salvador França, 1.427, Jardim Botânico, CEP 90690-000, Porto Alegre, RS, Brasil.*

O Museu de Ciências Naturais da Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul, uma das mais importantes instituições de pesquisa em biodiversidade do Estado e do País, completou 60 anos de existência em novembro de 2015. Mas os motivos para comemorar são poucos, pois, embora de importância amplamente reconhecida pela comunidade científica, acadêmica e por grande parte da sociedade gaúcha, infelizmente a instituição não goza do mesmo reconhecimento pelo Governo do Estado.

O Museu de Ciências Naturais foi criado em 05 de novembro de 1955, por meio da Lei Estadual Nº 2.728, sob a denominação de Museu Riograndense de Ciências Naturais. Sua criação deu-se a partir da iniciativa de três dos mais importantes naturalistas do Estado, o Padre Balduino Rambo, Ludwig Buckup e o herpetólogo Thales de Lema, sendo as primeiras peças do seu acervo originárias do Museu Estadual Júlio de Castilhos.

Em 20 de dezembro de 1972, por meio da Lei Estadual Nº 6497, foi fundada a Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul (FZB), a qual congregou três instituições já existentes, o Jardim Botânico (fundado em 1958), o Parque Zoológico (fundado em 1962) e o Museu Riograndense de Ciências Naturais, que, a partir de então, passou a ser denominado Museu de Ciências Naturais (MCN). Após passar por diferentes órgãos da administração estadual, a Fundação Zoobotânica encontra-se hoje vinculada à Secretaria Estadual do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMA).

O Jardim Botânico (JB) possui atualmente uma área de 39 hectares, destinada principalmente à conservação de espécies vegetais nativas e ameaçadas de extinção no Rio Grande do Sul (RS), onde são mantidas coleções de espécimes vivos e um banco de sementes da flora do Estado. Dentre as atividades realizadas, destacam-se a pesquisa científica, a propagação e o cultivo de plantas, as expedições de exploração botânica e a educação ambiental. Inserido na área urbana de Porto Alegre, o JB constitui-se em uma das principais áreas verdes de lazer da capital gaúcha, tendo recebido em 2015 o certificado de "Categoria A" pela Comissão Nacional de Jardins Botânicos, junto a outros três jardins botânicos brasileiros. A FZB, por meio do JB e do MCN, é responsável pela coordenação, elaboração e atualização da lista das espécies da flora ameaçadas de extinção no RS, oficializada por meio do Decreto Estadual Nº 52.109. A lista constante do Decreto foi elaborada a partir de avaliação feita por especialistas de diversas instituições brasileiras e internacionais, sob a coordenação de pesquisadores do JB e MCN.

O Parque Zoológico (PZ) está localizado no município de Sapucaia do Sul, região metropolitana de Porto Alegre, possuindo uma área de 160 hectares, onde são mantidos mais de 1.000 exemplares de aproximadamente 130 espécies da fauna provenientes de diversos continentes. O PZ também mantém a Reserva Florestal Padre Balduino Rambo, com 620 hectares, e abriga um Centro de Triagem de Animais Silvestres (CETAS), que atende mais de 1.200 animais por ano. Além de manter e reproduzir espécies animais, incluindo algumas ameaçadas de extinção, o PZ promove difusão cultural e oferece um amplo espaço de recreação e lazer para a sociedade gaúcha e os turistas que visitam o Rio Grande do Sul.

O Museu de Ciências Naturais fica situado junto à sede administrativa da FZB, no interior do Jardim Botânico. Tem por finalidade a preservação do patrimônio natural, promovendo a pesquisa, projetos e ações de conservação da biodiversidade e atividades de educação ambiental. É responsável pela manutenção de coleções científicas botânicas, zoológicas e paleontológicas, as quais reúnem em seu acervo mais de 500 mil peças, incluindo centenas de espécimes-tipo. O valor histórico e científico desse acervo é imensurável, pois, para muitos grupos taxonômicos, as coleções científicas do MCN abrigam os mais antigos registros e os principais testemunhos da biodiversidade do Rio Grande do Sul, os quais vêm subsidiando há décadas pesquisas nas áreas de sistemática, taxonomia, biologia, ecologia e conservação de espécies. As coleções de anfíbios (com cerca de 14.000 espécimes) e de répteis (com cerca de 17.500 espécimes), por exemplo, são as mais antigas e estão entre as principais coleções do Rio Grande do Sul e do Brasil, incluindo em seu acervo a maior parte dos exemplares utilizados nas pesquisas e publicações de importantes naturalistas, como Pedro Canísio Braun (anfíbios) e Thales de Lema (répteis), que foram pesquisadores do MCN e impulsionaram o conhecimento da herpetofauna do Estado.

O MCN desempenha ainda várias outras atividades, que incluem a organização de exposições de curta e longa duração, o assessoramento aos órgãos de gestão ambiental do Estado e a formação e qualificação de recursos humanos por meio da orientação de bolsistas de ensino superior e promoção de cursos de capacitação oferecidos a professores de ensino fundamental e médio, bem como a agentes públicos cujas atribuições envolvem o manejo de fauna, entre outras. A FZB, por meio do MCN, é responsável pela coordenação, elaboração e atualização da lista das espécies da fauna ameaçadas de extinção no RS, oficializada por meio do Decreto Estadual Nº 51.797. A lista

constante do Decreto foi elaborada a partir de avaliação feita por 129 especialistas de mais de 40 instituições brasileiras e internacionais, sob a coordenação de pesquisadores do MCN. O MCN também mantém o Núcleo Regional de Ofiologia de Porto Alegre (NOPA), responsável por serpentário onde são mantidas mais de 300 serpentes vivas destinadas à extração de veneno para produção de soro antiofídico (pelo Instituto Vital Brazil/RJ) e para a prospecção de princípios ativos com potencial medicinal. Adicionalmente, o MCN é responsável pela edição de dois periódicos científicos, Iheringia Série Zoologia e Iheringia Série Botânica, ambos indexados e de projeção internacional, publicados desde 1957 e 1958, respectivamente.

A FZB vem tendo, ao longo de sua existência, um papel fundamental no sistema ambiental do Estado, elaborando zoneamentos ambientais, planos de manejo de unidades de conservação, laudos técnicos, manuais de boas práticas de produção agropecuária e publicações diversas sobre biodiversidade, entre outras. Além disso, mantém convênios de cooperação com universidades e agências de fomento à pesquisa para a formação de recursos humanos em pesquisa e difusão, por meio de bolsas de iniciação e estágios curriculares.

Entretanto, a história e o alcance das atividades executadas pela FZB, muitas das quais de extrema relevância e estratégicas para a conservação da biodiversidade, parecem nada significar ao atual Governo do Rio Grande do Sul, visto que, invocando a grave crise financeira do Estado como justificativa, encaminhou à Assembleia Legislativa projeto de lei (PL 300/2015) que prevê a extinção da FZB e a demissão de todos os seus funcionários. O projeto, que faz parte do pacote de ajuste fiscal que visa reduzir custos do Estado, foi encaminhado em 07 de agosto de 2015 em regime de urgência, ou seja, para apreciação e votação em 30 dias, juntamente com projetos prevendo a extinção de outras duas fundações públicas (Fundação Estadual de Produção e Pesquisa em Saúde e a Fundação de Esporte e Lazer do RS). Mesmo considerando a gravidade da situação financeira do Estado, o PL 300 reflete o total descaso do atual Governo com a conservação da biodiversidade e a pesquisa, ou, no mínimo, mostra que este não tem nenhum conhecimento ou consciência sobre a importância da instituição. Prova disso é que o texto do PL 300 sequer informa quais os planos do Governo para as pesquisas desenvolvidas na FZB, para as atribuições e serviços prestados, e nem mesmo qual o destino do seu acervo científico. O pensamento do Governo ficou ainda mais evidente quando seu representante manifestou, por ocasião do anúncio das medidas encaminhadas ao Poder Legislativo, que seriam removidos alguns "armários desnecessários" da administração pública, referindo-se às fundações com proposta de extinção. Adicionalmente, a justificativa elaborada pelo Governo para encaminhamento do PL 300/2015 foi sustentada basicamente na economia de recursos, argumento que se mostra insatisfatório quando analisados alguns dados. O orçamento anual da FZB representa menos de 0,05% do orçamento do Estado, sendo que a instituição arrecada cerca de 72% do valor de seu custeio, ou seja, a aludida economia é insignificante frente às contas estaduais. Destaca-se também que a FZB é uma fundação pública de direito privado, ou seja, tem autonomia para captar recursos financeiros próprios; nos últimos cinco anos foram captados mais de três milhões de reais, apenas com projetos de pesquisa científica. Adicionalmente, a FZB ajudou a arrecadar para o Estado mais de 880 milhões de reais, apenas em dois grandes projetos de cooperação internacional (Pró-Guaíba e Conservação da Mata Atlântica no RS).

Embora desprezada pelo atual Governo do Estado, a FZB tem sua importância reconhecida por diversas organizações não governamentais, por instituições acadêmicas e de pesquisa, por associações e sociedades científicas do Brasil e do exterior, bem como pela comunidade em geral, tendo em vista o grande apoio recebido. Foram centenas de e-mails, cartas e mensagens recebidos. O número de participantes nos eventos e manifestações realizados em prol da FZB foi impressionante, destacando-se o "abraço à FZB", que reuniu centenas de pessoas em um abraço simbólico à instituição (Figura 1), e na audiência pública promovida pela Assembleia Legislativa, quando o seu maior auditório foi totalmente ocupado por defensores e simpatizantes da FZB. A grande pressão da sociedade levou o Governo a recuar e retirar o regime de urgência do PL 300. Apesar do recuo, o projeto ainda tramita na Assembleia Legislativa e o risco de extinção da FZB permanece. No momento em que este texto é escrito, um grupo de trabalho criado pelo Governo do Estado organiza uma nova proposta para a FZB, mas o conteúdo e as diretrizes da mesma são mantidos em segredo e o futuro da instituição e do MCN permanece incerto.

O caso da FZB reflete claramente o valor que é dado à pesquisa e à conservação da biodiversidade e do meio ambiente pelos gestores públicos em geral. Se a intenção do Governo do RS se concretizar, infelizmente teremos como resultado o desmonte do sistema ambiental do Estado. Hoje, a política de meio ambiente proposta pelo Governo estadual limita-se à aceleração dos processos de licenciamento ambiental, de forma a ampliar investimentos no RS, conforme claramente manifestado pelos seus representantes. Neste momento, quando o Brasil vive o pior desastre ambiental da sua história, ocorrido na região de Mariana, em Minas Gerais, decorrente certamente de falhas em um empreendimento de mineração, e que afetará (e possivelmente inviabilizará) a vida das pessoas em várias cidades,



Figura 1: Abraço à Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul, manifestação contra a extinção da instituição realizada em 11 de agosto de 2015. Foto: Adriano Becker.

questiona-se até quando o valor econômico prevalecerá sobre o valor ambiental. Esperamos que o modelo de gestão ambiental proposto pelo atual Governo gaúcho, onde a pesquisa e a conservação da biodiversidade são apenas "armários velhos", contrarie um dos versos mais imponentes do hino do Rio Grande do Sul, "Sirvam nossas façanhas de modelo a toda Terra", e efetivamente não seja modelo a nenhum gestor.

AGRADECIMENTOS

A Glayson Ariel Bencke, pela revisão do texto e sugestões. A Adriano Becker pela disponibilização da foto. A todos os pesquisadores, professores, acadêmicos, ONGs, entidades e membros da comunidade que manifestaram apoio à Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul.



Chironius scurrulus, Gaucha do Norte, MT. Foto: Reuber Brandão.